

# Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# **Cultura, Resistência e Diferenciação Social**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, resistência e diferenciação social [recurso eletrônico] /  
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta  
Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-203-6

DOI 10.22533/at.ed.036192803

1. Antropologia. 2. Identidade cultural. 3. Resistência cultural.  
I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 306

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

### Cultura, Resistência e Diferenciação Social

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de

novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

No artigo *A comunidade dos Arturos: existir, resistir, sobrevir*, as autoras, Elenice Martins Barros Castro e Edilene Dias Matos buscam difundir-las, através de festas, ritos e outras manifestações. Nos momentos festivos, sua história é contada por cantos, danças, ritmos dos tambores e dos rituais, que transmitem um legado secular. No artigo **A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCASIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ**, a autora Francisca Thamires Lima de Sousa, busca identificar e analisar as principais implicações socioculturais ocasionadas aos quilombolas que residem na agrovila de Marudá desde a implantação do Centro de Lançamento e as principais transformações espaciais. No artigo **ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO**, a autora ÉLIDA LIMA pretende instigar brevemente a crítica de algumas formas pelas quais efeitos teóricos e afetos cotidianos da branquitude têm suscitado enfrentamentos e transformações no movimento de mulheres brasileiras nos últimos anos, em especial na experiência feminista interseccional. No artigo **AS IMPRESSÕES DOS ÍNDIOS XOKÓ E A POSIÇÃO DOS JURISTAS SOBRE A PEC 215 E A TESE DO MARCO TEMPORAL**, os autores Liliane da Silva Santos e Diogo Francisco Cruz Monteiro examinam documentos sobre os direitos garantidos aos índios na Constituição de 1988 e averiguar as posições dos juristas sobre a PEC 215 e a tese do marco temporal. Realizamos revisão de literatura, análises de legislações indigenistas, das decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as demarcações de terras indígenas. No artigo **BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA**: contribuições para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, o autor Valcir Bispo Santos busca apresentar alguns elementos que possam contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental brasileira. A ideia básica é que a elaboração deste plano pode se sustentar em três (3) diretrizes fundamentais: Participação Social, Criatividade e Diversidade Cultural. No artigo **CORPO PRIVADO CORPO POLITICOS**, os autores Aurionelia Reis Baldez Joice de Oliveira Faria identificar como vem sendo pensada a salvaguarda das culturas populares através do corpo que dança, apontando limiares entre espetacularização nas rodas da cultura e a realidade vivida nas estruturas de poder capitalista. Guiaremos nossa cartografia poética tendo o samba de roda como principal fonte de observação para pensar corpos privados e corpos políticos. A partir das reflexões feitas por Stuart Hall (2013). No artigo **CULTURA E SUAS PERFORMANCES NA ANTROPOLOGIA, SEMIÓTICA DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS**, os autores, Juliano Batista dos Santos, Jordan Antonio de Souza, José Serafim Bertoloto buscam realizar uma análise teórico-reflexiva sobre a forma como a Antropologia, a Semiótica da Cultura e os Estudos Culturais abordam, estudam e interpretam a cultura. O propósito, todavia, não está reduzido ao entendimento da identidade de cada uma dessas ciências. **DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA** os

autores João Luiz Pereira Domingues, Leandro de Paula Santos, Mariana de Oliveira Silva buscam diagnosticar variações narrativas que forjam novos parâmetros de legitimidade para o tratamento da cultura em nível federal em um processo que se organiza sob dois atos discursivos, nomeados ato fóbico e ato mágico pós-político. No artigo **DO EXCESSO DE IMAGENS AO ESVAZIAMENTO DA MENTE**, a autora Sophia Mídián Bagues dos Santos busca aproximar a teoria semiótica de Peirce da filosofia budista tibetana, partindo da compreensão da contemporaneidade como um fabuloso sistema de signos que nos aprisiona ao Samsara, conceito oriental que pode ser entendido, em última instância, como a civilização da imagem. No artigo **MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CULTURA VIVA COMO NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA POPULAR**, o autor Miguel Bonumá Brunet analisa três concepções sobre o conceito de cultura popular, visando a compreendê-las sob a perspectiva da sociologia compreensiva, buscando delinear tipos-ideais balizados nos sentidos intentados pelos atores sociais que praticam ações de produção, difusão e fruição cultural. No artigo **O CÔMICO, O JOCOSO E O DÚBIO NAS CANTORIAS DO PALHAÇO** a autora ALDA FÁTIMA DE SOUZA trata da associação dos diversos e atuais estudos sobre a emissão vocal, que nos permite direcionar nossa voz para a fala ou o canto, com a pesquisa de doutorado em andamento “Reprises Circenses: as bases fundantes e históricas evidentes nos circos brasileiros”. No artigo **O PENSAMENTO NÔMADE DO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO**, os autores Amanda Souza Ávila Lobo Auterives Maciel Jr. Milene de Cássia Silveira Gusmão buscam pontuar como o cinema marginal traz um pensamento nômade de máquina de guerra, na medida em que se utiliza de signos que fogem ou que fazem fugir o império dos modelos maiores, entrando em relação com outros domínios moleculares de sensibilidade que transgridem ou propõem transvalorar os valores. No artigo **TRABALHANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM AULAS DE HISTÓRIA: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**, os autores Liana Barcelos Porto e Adival José Reinert Junior buscam compreender como o patrimônio cultural e religioso vem sendo trabalhado nas escolas da sede da rede municipal da Cidade de Canguçu RS (Canguçu tem 33 escolas municipais, 6 localizadas na cidade e 27 no interior do município). **TRILHA DA VIDA COMO EXPERIÊNCIA SENSÍVEL E CULTURAL**, os autores Allan Hoffmann, Nadja de Carvalho Lamas, Euler Renato Westphal buscam discutir sobre o campo do Patrimônio, principalmente nas categorias de patrimônio cultural, aplicados em um experimento educacional e instalação de Arte&Ciência Trilha da Vida presente na paisagem cultural do bairro da Limeira em Camboriú/SC. No artigo **ÉTICA DO ENCONTRO A PARTIR DA PESQUISA AUDIOVISUAL: REFLEXÕES SOBRE O CURTA “FILOSOFIAS DO CORPO NO CARIRI”**, a autora Natacha Muriel López Gallucci, busca discutir e teorizar aspectos éticos da investigação audiovisual na fronteira entre o filme documentário e o denominado “ensaio fílmico” tomando como objeto de reflexão o processo de pesquisa empírica, registro imagético, edição e exibição do curta-metragem Filosofias do corpo no Cariri cearense (2018). No artigo **Cultura, Resistencia e Diferenciação Social**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo, Paulo Rennes Marçal Ribeiro,

buscam analisar na obra Freud, em O mal-estar da civilização, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A COMUNIDADE DOS ARTUROS: EXISTIR, RESISTIR, SOBREVIR	
<i>Elenice Martins Barros Castro</i>	
<i>Edilene Dias Matos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO EM ALCÂNTARA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS OCASIONADA A COMUNIDADE DE MARUDÁ	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
ANTI-COLONIZAR OS AFETOS DA BRANQUITUDE NO FEMINISMO BRASILEIRO	
<i>Élida Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
AS IMPRESSÕES DOS ÍNDIOS XOKÓ E A POSIÇÃO DOS JURISTAS SOBRE A PEC 215 E A TESE DO MARCO TEMPORAL	
<i>Liliane da Silva Santos</i>	
<i>Diogo Francisco Cruz Monteiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELÉM	
<i>Valcir Bispo Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
CORPO PRIVADO CORPO POLITICOS	
<i>Aurionelia Reis Baldez</i>	
<i>Joice de Oliveira Faria</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
CULTURA E SUAS PERFORMANCES NA ANTROPOLOGIA, SEMIÓTICA DA CULTURA E ESTUDOS CULTURAIS	
<i>Juliano Batista dos Santos</i>	
<i>Jordan Antonio de Souza</i>	
<i>José Serafim Bertoloto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928037</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	
<i>João Luiz Pereira Domingues</i> <i>Leandro de Paula Santos</i> <i>Mariana de Oliveira Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
DO EXCESSO DE IMAGENS AO Esvaziamento da mente	
<i>Sophia Mídan Bagues dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0361928039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>115</b>
MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CULTURA VIVA COMO NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA POPULAR	
<i>Miguel Bonumá Brunet</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>130</b>
O CÔMICO, O JOCOSO E O DÚBIO NAS CANTORIAS DO PALHAÇO	
<i>Alda Fátima de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>138</b>
O PENSAMENTO NÔMADE DO CINEMA MARGINAL BRASILEIRO	
<i>Amanda Souza Ávila Lobo</i> <i>Auterives Maciel Jr</i> <i>Milene de Cássia Silveira Gusmão</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>148</b>
TRABALHANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM AULAS DE HISTÓRIA: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	
<i>Liana Barcelos Porto</i> <i>Adival José Reinert Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>155</b>
TRILHA DA VIDA COMO EXPERIÊNCIA SENSÍVEL E CULTURAL	
<i>Allan Hoffmann</i> <i>Nadja de Carvalho Lamas</i> <i>Euler Renato Westphal</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>166</b>
ÉTICA DO ENCONTRO A PARTIR DA PESQUISA AUDIOVISUAL: REFLEXÕES SOBRE O CURTA “FILOSOFIAS DO CORPO NO CARIRI”	
<i>Natacha Muriel López Gallucci</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03619280315</b>	

**CAPÍTULO 16 ..... 183**

UMA PROPOSTA DE LEITURA DISCURSIVA: RESISTÊNCIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

*Solange Aparecida de Souza Monteiro*

*Heitor Messias Reimão de Melo*

*Paulo Rennes Marçal Ribeiro*

**DOI 10.22533/at.ed.03619280316**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 194**

## BELÉM COMO METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA DA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELÉM

**Valcir Bispo Santos**

Professor Doutor da Faculdade de Economia da  
Universidade Federal do Pará – UFPA

**RESUMO:** A proposta deste artigo é apresentar alguns elementos que possam contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental brasileira. A ideia básica é que a elaboração deste plano pode se sustentar em três (3) diretrizes fundamentais: Participação Social, Criatividade e Diversidade Cultural. O objetivo é criar parâmetros tanto para uma política cultural democrática e descentralizada, como também para uma estratégia de desenvolvimento tendo como eixo a Cultura e os traços singulares de sua manifestação. E, desta forma, formular uma visão estratégica de Belém como metrópole criativa e cultural da Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** criatividade, diversidade cultural, participação social, plano de cultura, Belém.

### 1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns elementos de reflexão e contribuição para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental

brasileira. A ideia básica é que a elaboração deste plano pode se sustentar em três (3) diretrizes fundamentais: Participação Social, Criatividade e Diversidade Cultural. Desta forma, pode-se criar parâmetros tanto para uma política cultural democrática e descentralizada, como também para uma estratégia de desenvolvimento tendo como eixo a Cultura e os traços singulares de sua manifestação. E, desta forma, formular uma visão estratégica de Belém como metrópole criativa e cultural da Amazônia.

O artigo está organizado em cinco (5) seções, incluindo essa Introdução. A segunda seção se refere a analisar como o princípio da Participação Social esteve presente no processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de Belém- SMC Belém, embora o cenário atual não seja alentador, visto que a atual gestão pública municipal tem apresentado vários obstáculos para a efetiva democratização da política cultural. A terceira seção aborda como o princípio da Diversidade Cultural se tornou referencial importante para o processo de democratização da política cultural, assim como a noção de Criatividade se tornou referência como um dos eixos de inovação no século XXI e de uma nova abordagem de estratégia de desenvolvimento. E examina como esses princípios, junto com uma metodologia

de participação social, podem se tornar referências para a construção de um Plano Municipal de Cultura para Belém. Na quarta seção, se apresentam algumas propostas em nível ensaístico sobre áreas temáticas ou setoriais onde existem recursos efetivos ou potenciais para transformar Belém em metrópole cultural e criativa da Amazônia. E na quinta e última seção, fazem-se as considerações finais.

Cumpra esclarecer que este artigo foi originalmente escrito em fevereiro de 2016. Para fins desta publicação, preferiu-se manter a concepção do texto original em boa parte, mas procurando fazer algumas atualizações (porém importantes) em relação ao período mais recente de final de 2018.

Este artigo é um tributo a dois ativistas e militantes culturais que fazem parte da História das lutas pela democratização da cultura e da política cultural na Amazônia e em Belém. É uma homenagem a Valmir Carlos Bispo Santos (1962-2012), historiador, ativista e gestor cultural que se notabilizou tanto por ter sido o primeiro paraense e amazônida a presidir a UNE (União Nacional dos Estudantes), na época da Constituinte de 1988, como pela defesa firme e coerente de causas culturais, como o “Custo Amazônico”, defendido e aprovado na II Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2010. O “custo amazônico” é um reconhecimento de um fator que onera as iniciativas culturais devido a questões geográficas e logísticas da região amazônica, e cuja aprovação significa que deveria ser incluído a partir de então em todos os novos editais para projetos culturais. Não é possível esquecer também de Arthur Leandro (1967-2018), conhecido religiosamente como Táta Kinamboji, ex-integrante do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), representando a Cultura Afro-brasileira. Militante e defensor das causas afro-brasileiras, lutou pela elaboração do I Plano Nacional para Cultura Afro-Brasileira e pela efetivação de uma Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Arthur foi professor da Faculdade de Artes Visuais da UFPA, além de artista plástico, performer, poeta, compositor, sambista, ativista político, escultor, radialista, articulador, acadêmico, romancista, arquiteto e liderança dos povos tradicionais de matriz africana.

## **2 | A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO ORIGINAL DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE BELÉM**

A participação social esteve presente na origem do processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de Belém – SMC Belém. Isso porque a luta pela democratização da política cultural se constituiu no eixo dinamizador mais importante deste processo. Alguns grupos culturais, inicialmente ligados ao Teatro, começaram a se mobilizar contra a “política de balcão” que caracteriza a política cultural de Belém por décadas, e que se constitui em das únicas vias para se conseguir algum “financiamento” para os grupos culturais. Outra alternativa de financiamento é a lei municipal de renúncia fiscal para a Cultura denominada como “Tó Teixeira”. No entanto,

essa lei contém mecanismos que concentram recursos na cultura, semelhante ao que ocorre em nível nacional com a Lei Rouanet, que provoca, inclusive, uma concentração regional dos recursos. Isso porque são as empresas que definem os projetos culturais a serem financiados, tendo em vista, sobretudo, o retorno de “imagem de mercado” que o artista ou grupo cultural pode proporcionar às empresas. Conforme Salgado:

“(...) em 16 anos de funcionamento da Lei Rouanet, dos 15 maiores projetos, 14 foram realizados no Rio de Janeiro e São Paulo. Entre 2003 e 2009, a região Sudeste teve 23 mil projetos apresentados e R\$ 3 bilhões captados. Em contrapartida, a região Norte apresentou 786 projetos e obteve R\$ 40 milhões captados.” (SALGADO et al, 2010)

Frente a esse panorama desolador que afligia a cultura local como um todo, alguns grupos ligados ao Teatro local perceberam que não seria possível ficar restrito a uma demanda ou visão setorial. E começaram a se articular com outros grupos culturais. Para isso, foi importante o apoio e mediação da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Belém, presidida pelo então vereador Marquinho Silva (PT). Dessa forma, a partir de uma visão e discussão mais ampla sobre a política cultural, esses grupos, ativistas e fazedores de cultura se articularam em uma frente ampla denominada como Fórum Municipal de Cultura de Belém – FMC Belém. O objetivo estratégico do FMC Belém passou a ser a implementação do Sistema Municipal de Cultura de Belém – SMC Belém, pois, dessa forma, poderia se conseguir a democratização da política cultural e o acesso mais descentralizado aos recursos de financiamento para os diversos grupos e segmentos artísticos e culturais.

Assim, em 2012, a partir de reuniões em vários bairros e realização de alguns seminários, formulou-se uma proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular, a primeira experiência do gênero de formulação de Sistema Municipal de Cultura em termos de grandes cidades brasileiras. Começou-se a coletar assinaturas de apoio em praças públicas, feiras e mercados municipais, faculdades, bares e festas diversas. Desta forma, quando se conseguiu cerca de 30 mil assinaturas de apoio (seriam necessárias cerca de 50 mil assinaturas para poder ser enviada automaticamente para a Câmara Municipal), o então Prefeito de Belém, Duciomar Costa (PTB), em meio ao processo eleitoral daquele ano, decidiu assumir o projeto e enviá-lo à Câmara como um projeto do Executivo Municipal. Esse contexto político, marcado pelas eleições municipais e pela adoção do projeto de Lei de Iniciativa Popular pelo então Prefeito (provavelmente conduzido pelo cálculo dos ganhos eleitorais que isso poderia proporcionar), se mostrou estratégico para ampliar a base de apoio parlamentar ao projeto. Desta forma, no dia 24 de julho de 2012, a Câmara Municipal de Belém aprovou por unanimidade a criação do Sistema Municipal de Cultura de Belém, com a denominação de Lei Municipal “Valmir Bispo Santos”, homenageando o historiador, ativista e gestor cultural, que foi superintendente da Fundação Cultural “Curro Velho”. E uma semana depois, foi promulgada pelo Prefeito como Lei Municipal No. 8.943, de 31/07/2012 (vide BELÉM,

2012).

Devido à essa intensa participação social na sua formulação, o Sistema Municipal de Belém – SMC Belém continha em sua versão original várias inovações e avanços, sobretudo em termos de democratização da gestão e da política cultural. A composição do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC era formada majoritariamente por representantes da sociedade civil, pois dos 38 titulares, 27 (ou seja, 70% da composição do CMPC) eram representantes dos diversos segmentos culturais, artísticos e sociais, eleitos diretamente pelos seus pares por meio dos respectivos Fóruns setoriais e distritais. Por sinal, a concepção dos Fóruns Permanentes de Cultura, setoriais e distritais, permitia a participação direta na gestão cultural de artistas, fazedores de cultura e moradores. Inclusive na formulação do Plano Municipal de Cultura e nas suas subversões setoriais e distritais, conforme os artigos 20 e 21 do texto original da Lei “Valmir Santos” (BELÉM, 2012). Desta forma, essa concepção dos Fóruns Permanentes de Cultura, se efetivamente implementados, poderiam conduzir o funcionamento de um modelo de democracia participativa na gestão da política pública da Cultura, o que constitui uma grande inovação política em termos de gestão de políticas públicas.

Outra inovação importante se dava em relação ao Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC, que seria composto por 3 fontes: 1) pelo orçamento público municipal, definido pela LOA; 2) pelo Fundo Municipal de Cultura; e 3) pela lei de incentivo fiscal “Tó Teixeira”, por meio de renúncia fiscal do IPTU e ISS. O texto original da Lei “Valmir Santos”, em seu artigo 37, dispunha que pelo menos 2% do total da receita municipal deveria compor esse Sistema, sobretudo o Fundo Municipal de Cultura (BELÉM, 2012). Isso representava mais de três (3) vezes do valor que era destinado tradicionalmente à Fundação Cultural do município de Belém – Fumbel, que recebeu em 2015 cerca de 0,6% do total da receita municipal daquele ano. Ademais, isso representa o dobro do que dispõe a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 421/2014, inicialmente aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal em junho de 2015. Essa proposta estabelece um piso constitucional para investimentos em cultura nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Para o Ministério da Cultura estariam previstos 2% da receita de impostos da União, já no caso dos estados a citada PEC estabelece 1,5% do orçamento dos estados e 1% para os municípios.

No entanto, houve vários contratemplos no processo de implementação do SMC Belém e da Lei “Valmir Santos” durante a gestão do Prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB), eleito pela primeira vez em 2012, que atrasaram bastante esse processo. Mas apesar destes contratemplos, os movimentos culturais e o FMC Belém voltaram a se articular em 2015, realizando audiências públicas e atos culturais. Importante foi a aceitação, por parte da promotora pública estadual Elaine Castelo Branco, de uma denúncia por “desvio de responsabilidade” por parte do Prefeito Zenaldo Coutinho devido a não implementação da Lei “Valmir Santos”. Assim, pressionado pela Justiça e pelos movimentos culturais, o prefeito Zenaldo Coutinho deu posse ao Conselho Municipal

de Política Cultural no dia 14 de janeiro de 2016. Isso deu um aparente alento de que, finalmente, o processo de efetiva implementação do Sistema Municipal de Cultura de Belém poderia decolar.

Entretanto, a situação voltou a piorar com a reeleição do Prefeito Zenaldo Coutinho, que, em abril de 2017, conseguiu que um projeto de lei enviado por ele à Câmara Municipal de Belém fosse aprovado, o que alterou substancialmente a Lei “Valmir Santos” e a concepção que tinha inspirado a criação do SMC Belém. Com esse novo formato, o Conselho Municipal de Política Cultural sofreu perdas de competências, além de extinguir várias cadeiras e propor outras representações. A composição foi alterada, com a “bancada” do poder público adquirindo maior peso. Os Fóruns Permanentes de Cultura foram simplesmente extintos, e a proposta de implantação de um sistema de governança na Cultura por meio de um sistema de democracia participativa foi suprimido antes mesmo de ser efetivado. A garantia de um patamar mínimo de recursos para a Cultura e para o Fundo Municipal de Cultura também foi extinto. Desta forma, a proposta de democratização da gestão cultural e da política cultural foi praticamente eliminada com as brutais mudanças na Lei “Valmir Santos” feitas pelo Prefeito Zenaldo Coutinho. Com tal contexto desestimulante, as eleições da nova gestão do Conselho Municipal de Política Cultural foram realizadas sob indiferença e descrença dos segmentos culturais e sociais. A prova disso é que metade das cadeiras de representantes da sociedade civil não tiveram candidatos, o que permitiu que o Prefeito indicasse os membros dessas cadeiras, conforme preconiza o texto da lei enviada pelo próprio Prefeito.

O Plano Municipal de Cultura representa o principal instrumento da gestão cultural, e o acompanhamento da elaboração do Plano seria a grande missão que caberia à primeira gestão do Conselho Municipal de Cultura de Belém, eleita para o biênio 2016-2017. Mas essa primeira gestão do Conselho nem conseguiu completar o seu mandato de dois anos, pois foi dissolvida com a aprovação do projeto de lei do Prefeito na CMB em abril de 2017. Além disso, essa primeira gestão do Conselho enfrentou vários óbices, sobretudo o fato do Regimento Interno do Conselho ter ficado mais de um ano no Gabinete do Prefeito para ser homologado, o que, afinal, não foi feito. Talvez a segunda gestão do Conselho, onde aparentemente há uma grande maioria sob o “controle” do Gabinete do Prefeito, consiga realizar a missão de começar a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém.

Mesmo levando em conta tal cenário desolador em termos de perspectiva da atuação do poder público, ainda assim observa-se uma efervescência da cena cultural em Belém, como se constata pela onda recente de formação de espaços culturais e criativos. Tendo em vista isso, apresentar-se-á na próxima seção algumas propostas de diretrizes e insumos essenciais para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém.

## 3 | A CRIATIVIDADE E A DIVERSIDADE SOCIAL COMO EIXOS BÁSICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELÉM

### 3.1 As recentes mudanças na concepção de Cultura e no papel da Política Cultural

Vários estudiosos destacam as mudanças ocorridas no Ministério da Cultura - MinC e na concepção da política cultural a partir das gestões conduzidas pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira entre 2003 e 2010. O ponto chave é a reorganização do MinC, visando recuperar a capacidade de realização de políticas culturais, em oposição à privatização das decisões de investimento de recursos públicos, cujo emblema maior é a Lei Rouanet e as leis correspondentes de renúncia fiscal nas esferas estaduais e municipais (RUBIM, 2010).

Pode-se destacar algumas iniciativas nesse sentido. Em primeiro lugar, a condução das políticas pelo Estado dependeria de uma reorganização institucional, com mudanças na estrutura do ministério, bem como da construção de instituições e órgãos em nível estadual e municipal. Em segundo lugar, deveria se reconhecer a cultura em suas três dimensões: simbólica, do direito à cidadania e do desenvolvimento econômico. Ademais, as políticas culturais deveriam deixar de ser somente políticas para os produtores e artistas, como na história recente, e voltar-se também para a população em geral. A população e os demais agentes envolvidos com atividades culturais, por fim, teriam papel decisivo na configuração participativa das diretrizes de política (SOTO, CANEDO, OLIVEIRA e SALGADO, 2010).

A elaboração do Plano Nacional de Cultura – PNC também seguiu essa nova abordagem e a estratégia de metodologia participativa, a partir de deliberações da I Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005. O PNC apresentou novas referências para a concepção de Cultura e sobre o papel das políticas culturais, incorporando contribuições reconhecidas internacionalmente, sobretudo, do Mondiacult (Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada no México em 1982) e da Conferência Mundial de Cultura. Nesta nova visão institucional, a Cultura passa ser percebida como *elemento distintivo de agrupamentos sociais*, e o direito à cultura como *elemento indispensável para a realização da Cidadania*. Além disso, a garantia e valorização das mais diversas manifestações culturais e o acesso aos instrumentos e equipamentos de produção e consumo culturais passam a ser considerados como elementos centrais para a construção do desenvolvimento sustentável do país (BRASIL, 2009).

O objetivo central do PNC é reorganizar o campo das políticas culturais no país, criando mecanismos de desenvolvimento e inclusão social através da Cultura. Os princípios norteadores do PNC, que servem como guias para os objetivos gerais do Plano, se baseiam nas três (3) dimensões básicas da Cultura: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica considera as manifestações culturais como aspectos inerentes às diversas dimensões que caracterizam a identidade nacional (ou regional), servindo como contraponto à visão (reducionista, diga-se de passagem) de cultura como “arte consolidada”. Entende-se como “arte consolidada” manifestações artísticas tidas como “cultas”, restritas a pequenos círculos das artes plásticas, performáticas, da música, e outras expressões geralmente associadas a públicos restritos ou intelectualizados; ou formas de expressão simbólicas massificadas, mobilizadas por grandes grupos de capital das comunicações, da indústria fonográfica, cinema e editoração, por vezes também denominado como “indústria cultural”.

A dimensão política valoriza a Cultura como instrumento de cidadania, através da garantia de acesso à infraestrutura e equipamentos para produção e consumo de cultura, mercantil e não-mercantil, e pela preservação do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial.

E a dimensão econômica considera a Cultura como elemento catalisador de oportunidades, capaz de agir como mecanismo de inclusão social por meio de seu potencial gerador de emprego (trabalho) e renda.

Outra importante medida foi a instituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que teve sua proposta de estruturação, institucionalização e implementação aprovada pelo CNPC (Conselho Nacional de Política Cultural) em 2009. Assim como o PNC, o SNC pretende estruturar mecanismos para execução de políticas culturais como política de Estado, e não apenas como meras políticas de governo. O SNC tem a função de instituir um sistema para políticas culturais no país, articulando órgãos federais, estaduais e municipais. Essa rede teria como objetivo garantir coesão destas políticas e estimular o desenvolvimento e institucionalização em regiões que ainda não possuam mecanismos para promoção da cultura a partir do Estado. Para garantir esse processo, o SNC atrela a referida institucionalização (criação de secretarias de cultura) à remessa de recursos.

### **3.2 O princípio da Diversidade Cultural**

Em consonância com várias estratégias delineadas no PNC, o princípio da valorização da diversidade cultural (seja nacional ou regional) encontra uma forte correspondência com o avanço relativo da descentralização no campo do planejamento e execução de políticas culturais. Além disso, encontra-se intimamente associado à dimensão simbólica da cultura, pois a valorização da diversidade cultural deve ocorrer por meio da recuperação do patrimônio material e imaterial, e pela garantia democrática de acesso a equipamentos culturais.

Assim, a valorização da dimensão simbólica e regional da cultura é central para o reconhecimento de inúmeras expressões culturais relegadas à situação de virtual abandono por parte do setor público ao longo das últimas décadas, e é indispensável para a constituição de uma verdadeira cidadania, assim como para o desenvolvimento

sustentável. A valorização da diversidade cultural possui um grande potencial transformador, intrínseco a um projeto de desenvolvimento nacional (ou regional ou ainda territorial), e se afigura como fundamental para a cultura brasileira (ou regional), pois caminha em sentido contrário à tradicional imposição de modelos culturais e à descaracterização das manifestações populares e regionais.

No caso da Amazônia, há traços singulares da sua formação social, econômica, política e cultural que a distinguem claramente de outras regiões brasileiras. No período colonial, enquanto o restante da Colônia do Brasil seguia uma estratégia de ocupação territorial e econômica delineada pelo colonizadores portugueses com base na empresa colonial escravocrata (com mão-de-obra vinda da África nos tristemente famosos “navios negreiros”) e em latifúndios de *plantations* de cana-de-açúcar, a Colônia do Grão-Pará (e Maranhão, conquanto essa última região seguisse outra trajetória) se distinguia por ser uma região periférica a esse modelo (ALENCASTRO, 2000; CARDOSO, 1984). A base econômica na Amazônia Colonial era a extração de produtos (ou especiarias) da floresta (também denominadas como “drogas do sertão” na literatura especializada), com utilização, sobretudo, da mão-de-obra nativa indígena. Portanto, a formação cultural e social dos povos amazônicos possuem traços distintivos, que articulam diferentes tipos sociais, embora os traços hegemônicos derivem dos povos indígenas, do colonizador português e da miscigenação destes, que passou a ser conhecido como “caboclo” ou “ribeirinho”.

A trajetória da cidade de Belém segue os traços gerais dessa formação, pois desde o período colonial, Belém se tornou o principal entreposto do comércio das “drogas do sertão”. Essa condição se fortaleceu ainda mais no período áureo da economia da borracha, na segunda metade do século XIX até o início do séc. XX, pois o centro do financiamento desse comércio internacional se localizava em Belém, com destaque para as principais casas de exportação e importação. No período citado, a borracha se distinguiu como o segundo produto da pauta de exportações brasileira, atrás somente do café, sendo extraída de seringueiras distribuídas pelas florestas da Amazônia por meio de um sistema de comércio e organização do trabalho rudimentar conhecido como “aviamento”. (CANO, 1998; SANTOS, 1980). Somente a partir do início da década de 1960, com a “integração” da Amazônia às demais regiões brasileiras (sobretudo o sudeste) por meio da construção das grandes rodovias nacionais, é que Belém vai perdendo progressivamente boa parte do domínio da vasta rede urbana, mercantil e de serviços em que comandava várias outras regiões e cidades amazônicas.

### **3.3 A Criatividade e a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento**

A Criatividade é considerada um dos principais eixos de inovação do século XXI. A emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, centrado na Economia Criativa, reflete essa visão que articula Economia, Cultura e Tecnologia, sobretudo as mídias digitais e eletrônicas. Conforme Duisenberg (*apud* Reis, 2008), a Economia Criativa é “uma abordagem holística e multidisciplinar, lidando com a interface entre

economia, cultura e tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado”.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a criatividade é vetor do processo de inovação que, por seu turno, é considerado elemento central para a competitividade de um país. Assim, a promoção da criatividade e do suporte aos setores criativos seriam objetivos centrais para uma contribuição decisiva do MinC ao desenvolvimento do país (RUAS, 2011).

Em documento publicado em 2011, o MinC apresenta sua proposta para um “Brasil Criativo”, em que propõe uma concepção de economia criativa que seja capaz de lidar com as especificidades nacionais, embora também incorpore algumas reflexões internacionais contemporâneas, sobretudo de agências multilaterais como a UNESCO e a UNCTAD. Dessa forma, os setores criativos são apresentados como:

(...) todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, que resulta em produção de riqueza cultural e econômica. (MinC, 2011: 22).

Essa concepção brasileira supera uma limitação encontrada em parte da literatura internacional sobre o tema, sobretudo de inspiração anglo-saxônica, em que a propriedade intelectual seria a principal referência para mensurar a atividade criativa. No conceito proposto, portanto, a análise da economia criativa deve partir da “(...) criação e da produção, ao invés dos insumos e/ou da propriedade intelectual do bem ou do serviço criativo” (MinC, 2011: 22).

A emergência do campo da Economia Criativa tem relação direta com a expansão do processo de globalização, mas, sobretudo, com as inovações tecnológicas relacionadas às mídias digitais. Conforme observa Reis (2008:24), “a economia criativa compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico”. Isso inclui setores tecnológicos, como o de software, pois são fundamentais para sustentar modelos de negócios e a dinâmica de processos nesta economia. De fato, o escopo da Economia Criativa vai além dos setores que tradicionalmente compõe a Economia da Cultura. Para além das atividades ligadas ao Patrimônio Cultural, Artes e Mídias, o documento “Brasil Criativo” também inclui como setores criativos a área de “criações funcionais”, onde desponta o design (interior gráfico, moda, joias e brinquedos), serviços criativos (arquitetura, publicidade, P&D Criativos, lazer e entretenimento) e novas mídias (softwares, jogos eletrônicos e conteúdos criativos digitais) (MinC, 2011). Mais recentemente, tem despontado também como setor criativo o campo da Cultura Alimentar, embora envolto em algumas polêmicas, relacionadas, sobretudo, à visão de “gastronomia”, conforme será abordado mais adiante.

Entre as políticas consideradas “estruturantes” pelo plano “Brasil Criativo”, destaca-se, no campo macroeconômico, o surgimento e institucionalização de

“territórios criativos” (bairros, polos produtivos, cidades e bacias criativas). No campo microeconômico, destaca-se o apoio direto ao empreendedor e aos empreendimentos criativos, com a promoção de incubadoras, birôs, linhas de financiamento e outros instrumentos de suporte. De maneira complementar, o apoio às Redes e Coletivos de empreendedores da economia criativa segue o mesmo direcionamento (MinC, 2011).

A temática da Cidade Criativa, por sinal, tem provocado crescente interesse no campo da literatura sobre Economia Criativa, sobretudo por meio da influência de autores como Landry (2000) e Florida (2002). Tanto que desde 2004, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) tem promovido a formação da Rede de Cidades Criativas, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. O objetivo da Rede, segundo a UNESCO, é aproximar cidades que adotam soluções criativas para promover o desenvolvimento sustentável, inclusão social e produção cultural. Atualmente, conta com um total de 180 cidades em 72 países, distribuídos em sete categorias: Artesanato e Arte Folclórica, Design, Filme, Gastronomia, Literatura, Música e Arte de Mídia. Belém foi anunciada em 2015 como componente da Rede de Cidades Criativas na área da Gastronomia.

Landry (2000) acredita que o maior recurso que as cidades possuem para superar a “crise urbana” é o seu povo, com a sua criatividade e imaginação, que substitui o papel que antes era ocupado pela vantagem da localização, posse dos recursos naturais e acesso aos mercados para forjar o seu desenvolvimento. Florida (2002), por sua vez, desenvolve a noção de “classes criativas”, definida como aquelas ocupações que vão de artistas a desenvolvedores de *software* aos gestores e especialistas da área jurídica (os “profissionais criativos”). Essas ocupações atraem empresas de rápido crescimento, alta tecnologia e grande mobilidade. Além disso, as pessoas que ocupam essas posições criativas são tolerantes e os ambientes de trabalho se assemelham mais a espaços boêmios de consumo. Por isso, Florida tende a valorizar territórios ou espaços criativos nas cidades. Exemplo disso seriam os centros boêmios, com bares, casas noturnas e espaços culturais diversos, pois se tornam atrativos para estimular a presença de uma força de trabalho cujo estilo de vida tende a valorizar o consumo dessas experiências.

#### **4 | ALGUMAS POTENCIALIDADES QUE BELÉM APRESENTA EM TERMOS DE RECURSOS CRIATIVOS E CULTURAIS**

Nesta seção serão apresentadas algumas propostas, a título de ilustração, acerca das potencialidades e recursos que Belém apresenta, e que podem posicioná-la como Metrópole cultural e criativa da Amazônia. É importante observar que o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belém deveria contar com ampla participação social, sobretudo por meio dos Fóruns Permanentes de Cultura, caso tivesse sido preservado o texto original da Lei Valmir Bispo Santos.

Além disso, existe um acúmulo de demandas sociais e coletivas institucionalizadas por meio das quatro (4) Conferências Municipais de Cultura que já foram realizadas. Embora cumpra destacar que a última Conferência, realizada em 2013, tenha sido bastante prejudicada devido incidentes ocorridos e por não ter havido plenária final e nem resultados sistematizados, pois a Comissão Organizadora Local foi destituída de modo monocrático pela então presidente da Fundação Cultural do município de Belém - Fumbel, Heliana Jatene.

Uma *política de valorização dos espaços culturais e criativos* encontra clara consonância com a visão de cidade criativa, aberta, tolerante e boêmia, tal como preconizada por Florida (2002). Belém tem longa tradição de boêmia, e isso também tem relação com o seu crescimento econômico como cidade portuária, possibilitando a interação com diversos ritmos musicais e culturais que vinham de outros rincões da Amazônia, mas também do Caribe e de outras regiões da América, África e Europa. Isso possibilitou a incorporação da música afro-latino-caribenha, como o merengue, e de outros ritmos, que encontravam eco em espaços como o Bar São Jorge ou a gafieira “Estrela do Norte”. No entanto, estes e outros tradicionais redutos da boêmia belenense foram fechados – como a famosa boate Lapinha, com seus shows de variedade, inclusive de artistas transformistas. Para poder reverter esse cenário, faz-se necessário uma política de fomento para empreendimentos culturais e artísticos, que pode se constituir em uma das linhas de financiamento da política de incentivo fiscal ou do Fundo Municipal de Cultura.

O *rico e diversificado patrimônio histórico de Belém* pode se constituir em alternativa para utilização por grupos e empreendimentos culturais, sobretudo de casarios e sobrados coloniais que se encontram em estado de abandono e deterioração. Já existem, por sinal, empreendimentos culturais desse tipo, como é o caso da Associação “Fotoativa”, do Casulo Cultural, do Espaço Cultural “Valmir Santos”, entre outros. Mas a ausência de fomento e de incentivo público faz com que alguns destes empreendimentos estejam ameaçados, como é o caso do “Casarão dos Bonecos”, ou até fechados, como foi o caso do Teatro “Cuíra”. Em outra cidade com patrimônio histórico tão diversificado como Belém (e diversificado movimento cultural), como é caso de Recife, há o movimento “Ocupe Estelita”, exemplo de como o movimento social e cultural pode empoderar-se com a defesa e valorização do marco histórico da cidade (BUENO, 2014).

Outra alternativa é a *utilização de espaços públicos municipais para fins culturais e criativos*. É verdade que os espaços culturais municipais se encontram muito concentrados na área central de Belém. A ampla e populosa periferia de Belém tem pouquíssimos espaços culturais públicos, e os poucos que existem ou estão em processo de recuperação (depois de longo período de abandono), como é caso da Biblioteca Municipal “Avertano Rocha”, em Icoaraci, ou em estado de total abandono e deterioração, como é o caso do Espaço cultural e esportivo “Mestre Setenta”, no bairro do Guamá, o mais populoso de Belém. Mesmo assim, com criatividade e ousadia,

há vários coletivos e iniciativas culturais que tem ocupado ou feito intervenções em espaços públicos, inclusive em Mercados e Feiras Municipais. Essa é uma alternativa interessante, pois existem 34 feiras livres e 18 mercados municipais em Belém, administrados pela Secretaria Municipal de Economia (SECON). Há vários exemplos de intervenções culturais regulares em mercados municipais, como nos casos do Sarau Multicultural do Mercado de São Brás, do Batuque do Mercado de São Brás, organizado pelo “Bloco da Canalha”, da intervenção cultural e criativa do Mercado do Porto do Sal pelo coletivo “Aparelho”. Além desses, há o “Batuque na Praça”, realizado na Praça da República, e movimentos como o “Tela Firme”, no bairro da Terra Firme. No entanto, essas iniciativas culturais não tem nenhum apoio do Poder Público municipal, e, por vezes, tem de enfrentar repressões por parte do aparato de segurança pública e até da Guarda Municipal. A mais notável experiência de ocupação de prédio público por coletivos culturais foi o movimento “Ocupa Solar da Beira”, também conhecido como “Ocupação Solar das Artes”, no complexo do Ver-o-Peso, que ocupou esse prédio público (que se encontra deteriorado e mal conservado) por 24 dias em 2015, promovendo diversas iniciativas culturais e criativas. No entanto, não houve nenhum diálogo por parte da Prefeitura de Belém com esse movimento, que teve de se retirar do local por meio de mandato judicial, mesmo sem a Prefeitura apresentar uma proposta para uso daquele prédio, conforme notificação do Ministério Público Federal.

Outra área cultural com amplo reconhecimento no cenário nacional é a *Cultura Popular e Regional*. Conforme já colocado, a privilegiada posição de Belém, no delta da bacia do rio Amazonas, e a sua trajetória como cidade portuária, possibilitou que a cidade tivesse acesso a contatos culturais e sociais diversificados com outros rincões da Amazônia e de outras partes do mundo, como o Caribe. Esses ritmos, muito deles “reinventados”, fazem parte da identidade regional, sobretudo de regiões ribeirinhas da Amazônia, como é o caso do Carimbó, reconhecido em 2015 como “patrimônio cultural brasileiro”. A popularização desses ritmos no ambiente urbano de Belém contou com a importante colaboração das “aparelhagens”, como é caso do “brega”, que acabou se fundindo com outros ritmos, como é o caso do “tecnobrega”. No entanto, há vários problemas, pois não há nenhum incentivo ou fomento por parte do poder público local para o desenvolvimento da cultura popular ou regional, que é produzida e fomentada sobretudo na ampla e populosa periferia da capital do Pará. Não há nenhuma lei municipal ou estadual que reconheça ou valorize o papel dos “mestres” da cultura popular ou regional, que vivem e morrem na pobreza em grande parte, pois não recebem nenhum incentivo ou apoio econômico na forma de bolsa ou lei grão. Grande parte das obras desses mestres da cultura popular se perde, pois são transmitidas oralmente e raramente são alvo de registros ou gravações. Há manifestações de cultura popular que somente existem na Amazônia ou em Belém, como é o caso dos “cordões de passáros”, mas que não contam com nenhuma ajuda do poder público local, e resistem graças ao trabalho árduo e persistente de mestres (ou mestras), como é o caso de Laurene Ataíde, que comanda o “Pássaro Colibri”, na ilha de Outeiro, em

Belém. Mas há casos de iniciativas independentes, que não contam com apoio de recursos públicos, mas que se sustentam com apoio de ativistas, artistas, apreciadores e público local. É o caso do Prêmio Exu de Música Afro-brasileira, que foi organizado pelo saudoso Arthur Leandro e alguns ativistas da cultura afro-brasileira (sobretudo de terreiro), e conseguiu um grande êxito em sua primeira edição, realizada em abril de 2018 no Espaço Cultural “Apoena”.

A *Música* é outra área com amplo reconhecimento nacional e internacional. Nesse caso, muito associado ao sucesso de cantores, compositores e músicos que também transitam em ritmos regionais e populares, sobretudo o carimbó e o tecnobrega. É o caso paradigmático de Dona Onete, compositora e cantora de carimbó, que difundiu um gênero próprio, denominado de “chamegoso”. A trajetória de Dona Onete é impar, pois o seu reconhecimento nacional (e até regional) só se deu tardiamente, tendo gravado o seu primeiro CD aos 73 anos de idade. Outro caso paradigmático é o de Gaby Amarantos, cantora que despontou no cenário nacional com sucessos do tecnobrega, mas que não nega a sua origem de moradora do bairro do Jurunas, um dos bairros periféricos mais conhecidos de Belém. No entanto, há vários problemas em relação às condições de como é produzida e difundida a música de autores e músicos locais. Em primeiro lugar, a indústria fonográfica é pouco desenvolvida. A cultura “ribeirinha” não é cultuada pelos segmentos das classes média e alta, que seguem padrões de consumo cultural imitativos ou colonizados, sobretudo do sudeste do país. Assim como também existem poucas casas de entretenimento (ou espaços culturais) que oferecem música ao vivo. E são raros os espaços para difusão de música autoral, como é o caso dos espaços culturais “Apoena” e “Boiuna”. Isso faz com que o mercado musical local seja restrito, fazendo com que aqueles que pretendem seguir carreira artística profissional tenham de se transferir para mercados musicais mais consolidados, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. Para romper esse círculo vicioso, faz-se necessário políticas públicas de fomento e de formação de público, que devem ser discutidas no âmbito de alguma articulação que envolva os agentes culturais da cadeia produtiva e artística da Música, algo equivalente a um Fórum Municipal de Música. Algumas alternativas passam pela difusão da música regional em rádios e canais de TV, e propiciar apoio aos espaços culturais que tem patrocinam música ao vivo, sobretudo autoral. Outra alternativa pode ser a difusão da disciplina “Música” no ensino básico, sobretudo em escolas públicas, e oferecer cursos de capacitação como educadores para músicos que se encontram na ativa.

Outra área da cultural local com amplo reconhecimento nacional e até internacional é a *Culinária*, que também é conhecida como *Gastronomia* ou *Cultura Alimentar*. Conforme frisado, esse reconhecimento fez com que Belém fosse incorporada recentemente à Rede de Cidades Criativas, da UNESCO, na área da “gastronomia”. As peculiaridades da culinária regional são provenientes das particularidades da cultura amazônica, que incorpora pratos e ingredientes da(s) culinária(s) indígena(s), mesclada com tradições culinárias diversas, inclusive portuguesa e africana(s).

Além disso, há uma imensa variedade de peixes, ervas, condimentos e temperos provenientes dos ecossistemas amazônicos. Daí deriva pratos típicos, como a maniçoba, diversos pratos que utilizam o tucupi e o jambu (como pato no tucupi, “caldeirada” de peixe, vatapá, tacacá, entre outros), entre outros. Algumas iniciativas recentes projetaram ainda mais a culinária regional, como é o caso do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade, projeto do Governo do Estado do Pará, que estava projetado para começar a funcionar em 2017, mas que sofreu várias resistências e críticas de artistas e da opinião pública local e nacional. Isso levou até a desistência de participação no projeto do renomado “chef” Alex Atala. Entre as críticas a esse projeto, há a questão do reconhecimento dos detentores de conhecimento tradicional na área da cultura alimentar, sobretudo por parte de comunidades tradicionais. Isso remete ao famoso caso das “erveiras” do Ver-o-Peso, que são feirantes que comercializam ervas, e da empresa multinacional de cosméticos “Natura”. A empresa utilizava ervas tradicionais da Amazônia, como cumaru, breu branco e pripioca, em novas linhas de cosméticos, baseado em conhecimentos transmitidos pelas erveiras. Estas, no entanto, foram alertada pela OAB – seção Pará, e a partir de negociações, a Natura reconheceu as “erveiras” como portadoras de conhecimentos tradicionais, e a partir de então, passou a pagar royalties para a Associação das erveiras, conhecida como “Ver-a-erva”. Outra polêmica tem a ver com a questão do uso do termo “Gastronomia”, pois ativistas da área, como Tainá Marajoara, consideram que o termo só se refere aos empreendimentos comerciais, mas sem incorporar a culinária enquanto forma de identidade regional ou cultural, que é mais ligada às comunidades tradicionais. Ou seja, não incorpora a dimensão simbólica de cultura. Por isso, Tainá e outros ativistas defendem que o termo “Cultura Alimentar” é mais representativo dessa tradição.

Belém se destaca como importante catalisador das culturas amazônicas, onde cumpre relevante papel o *Ver-o-Peso*, tradicional complexo de feira livre e mercados que fica na área antiga e central de Belém, cuja origem se confunde com a história da própria cidade, e é considerado o principal cartão postal da cidade. Para além de ser provavelmente o principal centro de abastecimento popular de Belém, o *Ver-o-Peso* também se notabiliza pela sua dimensão cultural, talvez tão importante quanto a dimensão econômica. Pois é através do *Ver-o-Peso* que são transacionados inúmeros produtos e socializado ou transmitido vários conhecimentos, já que o complexo recebe uma gama imensa de produtos e conhecimentos da mais variadas regiões da Amazônia, notadamente ribeirinhas. Por isso, existem projetos para reconhecer o *Ver-o-Peso* como *patrimônio imaterial da cultura brasileira*, pois o patrimônio histórico do complexo já foi tombado pelas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Por outro lado, também existe projeto para levantamento dos empreendimentos e iniciativas criativas do *Ver-o-Peso*, no sentido de institucionalizá-lo como “*território criativo*” (SANTOS, 2014). No entanto, essa dimensão cultural e/ou criativa praticamente não é levada em conta nos projetos de reforma do *Ver-o-Peso*, como é o caso da última proposta apresentada pela gestão do Prefeito Zenaldo Coutinho, que foi criticada tanto

pelo IPHAN, como pelos feirantes e por vários pesquisadores, intelectuais e mídias especializadas, tendo sido rejeitada, inclusive.

Por fim, cabe observar que as *Universidades*, sobretudo as públicas, como UFPA e UEPA, pode desempenhar papel relevante em duas áreas cruciais: em *estudos sobre as Cadeias Produtivas* de atividades da Economia da Cultura e setores da Economia Criativa; e na *formação de polos tecnológicos* ligados às atividades e empreendimentos criativos e da cultura digital. Assim como tais instituições possuem pesquisadores e quadros técnicos, científicos e artísticos que podem contribuir de forma relevante para uma apreciação crítica do processo de construção do Plano Municipal de Cultura de Belém, inclusive participando do processo de sua elaboração técnica.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belém apresenta muitas potencialidades e recursos para se tornar a Metrópole Cultural e Criativa da Amazônia. Belém se destaca como forte catalisador da cultura amazônica, com destaque para o papel do Complexo do Ver-o-Peso, imenso conjunto de feira a céu aberto e de mercados municipais localizado na área histórica de Belém, onde produtos, saberes e culturas de regiões e coletividades ribeirinhas e de outros rincões da Amazônia circulam e são transacionados. Em determinadas áreas artísticas e culturais, como a Música, Cultura popular e regional e a Cultura Alimentar (comumente relacionada à “gastronomia” ou “culinária”), há um reconhecimento nacional e internacional da cultura amazônica difundida em Belém. Tal potencialidade já foi considerada por vários estudiosos, como a saudosa Berta Becker, que, em seu derradeiro livro, considera que um das alternativas para o desenvolvimento de Belém passa pela Cultura e pela Economia Criativa (BECKER, 2013).

No entanto, essa possibilidade tem de ser abraçada, sobretudo, pela sociedade civil e pelos fazedores de cultura. Por isso, é de suma importância a mobilização social, ou seja, a participação social no processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura. Do ponto de vista institucional e legal, houve um retrocesso notável com a recente revisão da Lei “Valmir Santos”, proposta pelo Prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB) e aprovada pela Câmara Municipal de Belém em abril de 2017, que excluiu ou reduziu vários mecanismos e incentivos à participação social na gestão cultural e da política cultural. Talvez a perda mais importante tenha sido a exclusão dos Fóruns Permanentes de Cultura, que estava previsto pelo texto original da Lei “Valmir B. Santos” e que permitia que os moradores, artistas e demais fazedores de cultura participassem da gestão cultural, particularmente do processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura. Isso impediu a instituição de um modelo de democracia participativa na política e gestão cultural de Belém.

Porém, há um movimento recente de re-articulação dos movimentos e coletivos culturais no sentido de reanimar a luta pela democratização da política cultural. A mais

importante e recente iniciativa nesse sentido se dá com a construção do Fórum de Culturas do Pará, uma rede de fazedores de cultura, coletivos, ativistas e produtores culturais que tenciona formatar uma Agenda para a Cultura em nível regional, com destaque para a construção e implementação do Sistema Estadual de Cultura do Pará. Dessa forma, o Fórum de Culturas do Pará se propõe a impulsionar a luta pela democratização da política cultural, inclusive por meio do fortalecimento de instrumentos da gestão e governança cultural nos 144 municípios paraenses, sobretudo com a implementação de Sistemas Municipais de Cultura e de Forúms Municipais de Cultura (ou equivalentes) que possam articular a sociedade civil e os fazedores de cultura em nível municipal.

A articulação entre Criatividade e Diversidade Cultural, sobretudo no que se refere à cultura e conhecimentos considerados tradicionais, é essencial para a viabilidade dessa visão estratégica. A democratização da política cultural e descentralização e acesso a equipamentos de produção e difusão cultural deve se fundir com uma estratégia de desenvolvimento que coloque a Cultura como eixo central. A UNCTAD, por exemplo, considera que para as indústrias criativas só podem servir aos objetivos culturais e econômicos do processo de desenvolvimento se conseguir relacionar os conhecimentos tradicionais, de um lado da cadeia de valor, ao consumidor final, na outra extremidade.

No entanto, cabe observar que o fomento a empreendimentos e iniciativas criativas não pode ser dissociado da proposta de valorização da diversidade cultural e de democratização da política cultural. Esse é um risco grave, pois poderia levar a uma exacerbação da dimensão econômica (sobretudo da acumulação capitalista e da prática dos negócios) em detrimento das dimensões simbólica da cultura e da cidadania cultural. Esse parece ter sido o caso de Buenos Aires. Inicialmente, a formulação inicial de um Plano Estratégico de Cultura, denominado de “Buenos Aires Cria”, em 2001, concebia a Criatividade como “capacidades de todos de imaginar e encarar situações, focando a criatividade como forma de resolução diversa e plural da vida, pluralismo que envolve a perspectiva dos direitos culturais proclamados como fundamento das políticas culturais”. O Plano destacava como problemas a concentração e o peso das empresas transnacionais no seio das indústrias culturais, e propunha que Buenos Aires “deveria ser a vitrine da Argentina” e se tornar a “capital cultural do MERCOSUL” (BAYARDO, 2013). No entanto, depois de uma mudança na administração do governo local, houve uma mudança de enfoque no Plano, que a partir de 2007, passou a seguir uma linha da concepção de “indústrias criativas”, segundo o enfoque anglo-saxão, que privilegia a abordagem da propriedade dos direitos autorais ou de patentes na geração das atividades criativas. A partir dessa nova postura política, a cultura foi considerada ou subordinada à agenda de política econômica das indústrias criativas e no processo, seus aspectos distintivos foram ofuscados (BAYARDO, 2013: 11).

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- BAYARDO, Rubens. Indústrias criativas e políticas culturais. Perspectivas a partir do caso da cidade de Buenos Aires. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: informações, territórios e economia criativa*. São Paulo: Itaú Cultural ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.
- BELÉM, Lei 8.943, de 31 de julho de 2012. Institui o Sistema Municipal de Cultura de Belém, Lei “Valmir Bispo Santos”. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, PA, Ano LIII, No. 12.144, 31 jul. 2012. 2º. Caderno, p. 03-09. Disponível em: < <http://www.belem.pa.gov.br/diarioom/index.jsf> > Acesso em: jan. 2013.
- BELÉM, Decreto Municipal No. 76.067, de 27 de Março de 2013. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura- FMC. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, PA, Ano LIV, No. 12.305, 05 abr. 2013. 1º. Caderno, p. 02-04. Disponível em: < <http://www.belem.pa.gov.br/diarioom/index.jsf> > Acesso em: jun. 2013.
- BELÉM, Decreto Municipal No. 76.068, de 27 de Março de 2013. Dispõe sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, PA, Ano LIV, No. 12.305, 05 abr. 2013. 1º. Caderno, p. 04-06. Disponível em: < <http://www.belem.pa.gov.br/diarioom/index.jsf> > Acesso em: jun. 2013.
- BELÉM, Lei nº 9277, de 24 de maio de 2017. Que modifica a instituição do Sistema Municipal de Cultura de Belém, Lei “Valmir Bispo Santos”. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, PA, Ano LVIII - Nº 13.291, 25 mai 2017. Disponível em: < <http://www.belem.pa.gov.br/diarioom/baixarDiario?idd=8289>>
- BECKER, Bertha. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BRASIL. *Substitutivo ao projeto de Lei nº 6.835, de 2006*. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://blogs.cultura.gov.br/pnc/>> . Acesso em: mar. 2013.
- BUENO, Chris. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. *Ciência e Cultura*, vol.66, no.4, São Paulo, Out./Dez. 2014. Disponível em: < [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400003&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400003&script=sci_arttext) >. Acesso em: out. 2015
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FARIAS, Bernardo. O Merengue na formação da música popular urbana de Belém do Pará: Reflexão sobre as conexões Amazônia-Caribe. In: *Revista Brasileira do Caribe*, São Luis, Vol. XI, nº22. Jan-Jun 2011, p. 227-265. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/viewFile/666/423> > Acesso em: jun. 2015
- FLORIDA, Richard. *The rise of the creative class—and how it is transforming leisure, community and everyday life*. New York: Basic Books, 2002.
- HASHIZUME, Maurício. Museu mostra como europeus se aproveitaram da escravidão. Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2008/09/museu-mostra-como-europeus-se-aproveitaram-da-escravidao/>>. Acesso em: out. 2015.
- LANDRY, Charles. *The creative city: a toolkit for urban innovators*. London: Comedia and Earthscan

Publications, 2000.

MINISTÉRIO DA CULTURA. CCJC da Câmara Federal aprova admissibilidade da PEC 421/14. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/banner-1/-/asset\\_publisher/G5fqgiDe7rqz/content/ccjc-da-camara-federal-aprova-admissibilidade-da-pec-421-14/10883](http://www.cultura.gov.br/banner-1/-/asset_publisher/G5fqgiDe7rqz/content/ccjc-da-camara-federal-aprova-admissibilidade-da-pec-421-14/10883)>. Acesso em: jun. 2015

MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e Ações 2011 a 2014*. Brasília, Minc, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC. *Guia de Orientações para os Municípios: perguntas e respostas: Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: MinC, 2011.

PORTAL G1. In: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/11/carimbo-do-pa-recebe-oficialmente-o-titulo-de-patrimonio-cultural-brasileiro.html>

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo : Itaú Cultural, 2008

RUAS, José A. G. Aspectos estratégicos e metodológicos para a Economia da Cultura no Brasil. IN: *Projeto "Perspectivas da Economia da Cultura: um modelo de análise do caso brasileiro"*. Nota Técnica. Campinas: Ministério da Cultura / Fecamp, 2011.

RUBIM, Antonio A. C. "Políticas Culturais no Governo Lula". In: RUBIM, Antonio A. C. (org). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador, EDUFBA, 2010.

SALGADO, Gabriel M; PEDRA, Layno S; CALDAS, Rebeca S. "As políticas de Financiamento à Cultura: a urgência de uma reforma". In: RUBIM, Antonio A. C. (org). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador, EDUFBA, 2010.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: Quiróz, 1980.

SANTOS, Valcir Bispo. Desigualdades Regionais e Dinâmicas Territoriais na Amazônia Paraense. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro. *Anais do XIV ENA*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD. Disponível em: <http://unhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3596>

SANTOS, Valcir B. A Economia Criativa e o "Ver-O-Peso Criativo": a diversidade cultural enquanto recurso para a formação e fomento de *clusters* criativos em Belém-PA. *Projeto de Extensão da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA*. Belém: UFPA, 2015 (mimeo), 16 p.

SOTO, Cecilia; CANEDO, Daniele; OLIVEIRA, Gleise; SALGADO, Julia. "Políticas Públicas de Cultura: Os mecanismos de Participação Social". In: RUBIM, Antonio A. C. (org). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador, EDUFBA, 2010.

UNCTAD. Relatório de Economia Criativa 2010. UNCTAD / PNUD, 2010. Disponível em: < [http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103\\_pt.pdf](http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf) > . Acesso em: nov. 2013

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-203-6



9 788572 472036